



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS ARARANGUÁ-ARA  
CURSO DE ENGENHARIA DE ENERGIA  
PLANO DE ENSINO

SEMESTRE 2014/2

**I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS SEMANAIS		TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAL
		TEÓRICAS	PRÁTICAS	
ARA7328	Direito e Legislação Ambiental	4	-	72

**HORÁRIO**

**MÓDULO**

TURMAS TEÓRICAS	TURMAS PRÁTICAS	Presencial
Turma: 08653 Horário: 2.1620-2 3.1830-2	-	

**II. PROFESSOR MINISTRANTE**

Reginaldo Geremias

**III. PRÉ REQUISITOS**

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA
ARA7325	Poluição Ambiental

**IV. CURSO (S) PARA O QUAL (IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA**

Curso de Engenharia de Energia

**V. JUSTIFICATIVA**

O estudo dos fundamentos básicos do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros é de grande relevância para a formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos em Engenharia de Energia.

**VI. EMENTA**

Legislação ambiental. Conceito jurídico de meio ambiente. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais. O sistema federativo e a competência no meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Política Nacional de Recursos Hídricos. A proteção da flora, fauna e pesca. A Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais.

**VII. OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Estudar os pressupostos básicos que norteiam o Direito e a Legislação Ambiental brasileiros, com vistas a contribuir para o processo de formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos do curso de graduação em Engenharia de Energia.

**Objetivos Específicos**

- . Estudar os pressupostos teóricos básicos acerca do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros;
- . Promover a reflexão sobre a temática do ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético;
- . Salientar a importância do estudo do Direito e Legislação Ambiental na formação do egresso em Engenharia de Energia.

**VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
2. Conceito jurídico de meio ambiente
3. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais
4. O sistema federativo e a competência no meio ambiente
5. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA.
6. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
7. A Política Nacional de Recursos Hídricos
8. A proteção da flora, fauna e pesca
9. A Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais
10. Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético

#### IX. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O processo de ensino/aprendizagem dar-se-á através da seguinte metodologia:

- . Aulas teóricas
- . Atividades dirigidas
- . Trabalho

**Observação:** O professor estará disponível para atendimento em sua sala nos seguinte horário: quinta-feira das 14:00 às 16:00 h

#### VIII. METODOLOGIA E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

. A verificação do rendimento escolar compreenderá frequência e aproveitamento nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente. Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo a 75% das mesmas.

. A nota mínima para aprovação na disciplina será 6,0 (seis). (Art. 69 e 72 da Res. nº 17/CUn/1997).

. Ao aluno que não comparecer às avaliações ou não apresentar trabalhos no prazo estabelecido será atribuída nota 0 (zero). (Art. 70, § 4º da Res. nº 17/CUn/1997)

. O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 e 5,5 terá direito a uma nova avaliação no final do semestre (REC), exceto as atividades constantes no art.70,§ 2º. A nota será calculada por meio da média aritmética entre a média das notas das avaliações parciais (MF) e a nota obtida na nova avaliação (REC). (Art. 70 e 71 da Res. nº 17/CUn/1997).

$$NF = \frac{MF + REC}{2}$$

. A recuperação será efetuada por meio de prova teórica, individual e sem consulta, referente a todo o conteúdo ministrado no semestre, cuja data esta descrita no cronograma.

. A avaliação do desempenho de cada aluno dar-se-á através dos seguintes instrumentos:

**Atividades dirigidas** individuais, com consulta e referente a todo o conteúdo programático

**Trabalho** referente ao item 10 do conteúdo programático

. A média final será assim calculada:

$$\text{Média final} = (\text{Média das Atividades Dirigidas} + \text{Nota do Trabalho})/2$$

IX. CRONOGRAMA		
AULA (Semana)	DATA	ASSUNTO
1ª	11/08 a 16/08/2014	Apresentação e discussão do Plano de Ensino Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
2ª	18/08 a 23/08/2014	Conceito jurídico de meio ambiente; Atividade Dirigida
3ª	25/08 a 30/08/2014	A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais
4ª	01/09 a 06/09/2014	A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais (continuação); Atividade dirigida
5ª	08/09 a 13/09/2014	O sistema federativo e a competência no meio ambiente;
6ª	15/09 a 20/09/2014	O sistema federativo e a competência no meio ambiente (continuação); Atividade Dirigida
7ª	22/09 a 27/09/2014	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA.
8ª	29/09 a 04/10/2014	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA (continuação); Atividade Dirigida
9ª	06/10 a 11/10/2014	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
10ª	13/10 a 18/10/2014	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (continuação); Atividade Dirigida
11	20/10 a 25/10/2014	A Política Nacional de Recursos Hídricos
12	27/10 a 01/11/2014	A Política Nacional de Recursos Hídricos (continuação); Atividade Dirigida
13	03/11 a 08/11/2014	A proteção da flora, fauna e pesca.
14	10/11 a 15/11/2014	A proteção da flora, fauna e pesca (continuação); Atividade Dirigida
15	17/11 a 22/11/2014	A Lei de Crimes Ambientais.
16	24/11 a 29/11/2014	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético (Elaboração do Trabalho)
17	01/12 a 06/12/2014	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético (Apresentação do Trabalho)
18	08/12 a 12/12/2014	Instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais;

**OBS: O cronograma está sujeito a ajustes**

#### X. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 704p.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo (SP): Saraiva, 2010. 766 p. ISBN 9788502090293

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Legislação brasileira de direito ambiental e constituição federal**. 1. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. 1083 p

#### Bibliografia complementar

SILVA, José Alves da. **Direito ambiental constitucional**. 7. ed. atual. São Paulo (SP): Malheiros, 2009. 351p. ISBN 8574208981

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Curitiba: Jurua, 2006. 259p. ISBN 8536213108

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em : [http://www.mma.gov.br/estruturas/250/\\_publicacao/250\\_publicacao30082011035301.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf)

Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/plano->

nacional-de-recursos-hidricos

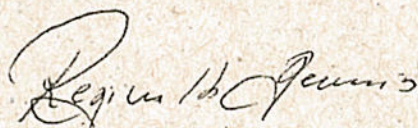
BARRETO, Maria Esther. Legislação ambiental – Lei 7.347/85 – Considerações sobre o instrumento ação civil pública ambiental na efetividade da proteção ao meio ambiente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9170](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9170)>.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)

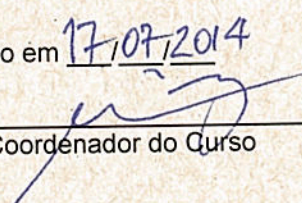
LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm)

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>



Prof. Reginaldo Geremias

Aprovado na Reunião do Colegiado do Curso em 17/07/2014



Coordenador do Curso

Prof. Dr. Fernando Henrique Mianese  
Coordenador do Curso de Graduação  
em Engenharia de Energia  
SIAPE: 1606552 - Portaria nº 759/2013/GR